

A COLÓNIA DE S. BERNARDINO: RETRATO DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL

Cláudia Pinto Ribeiro

Faculdade de Letras, Universidade do Porto

O 5 de Outubro de 1912 foi um dia memorável para a Casa Pia de Lisboa: assinalou a inauguração de mais uma dependência da instituição, desta vez, bem longe da agitação da capital.¹ O sítio não podia ser mais pacato. Instalada no antigo convento de S. Bernardino, em Atouguia da Baleia, freguesia do concelho de Peniche, a abertura da Colónia foi celebrada com aparato suficiente para prender a atenção da população e das mais elevadas autoridades do município que, na companhia do director da instituição, Aurélio da Costa Ferreira, e do professor-regente da Colónia, César da Silva, conheceram o edifício conventual e deram as boas-vindas aos 35 colonos que estrearam mais uma dependência da benemérita instituição.

Para estes rapazes, viver num velho convento do século XV não era grande novidade. Tinham sido transferidos de Belém, por não se adequarem à norma estabelecida. Eram demasiado... *anormais*.² Constituíam um “*embaraço nas aulas, pela sua desinquietação e*

¹ A Casa Pia de Lisboa foi criada por iniciativa de Pina Manique, Intendente da Polícia no reinado de D. Maria I, em 1780. Desde então, viver na Casa Pia significa pertencer a um universo assistencial que promete *cama, comida e roupa lavada* a centenas de crianças que, por sua condição precária, encontram nos claustros dos Jerónimos a segurança que a família não garante. Porém, permanecer na Casa Pia de Lisboa admite algo mais: supõe a aprendizagem de um ofício que lhes permita ganhar a vida, para que não mais dependam da compaixão dos outros. Eis a tripla matriz desta instituição: *instruir, educar e amparar*.

² Das diversas definições e caracteres atribuídos às crianças *anormais*, diversidade explicada pelo à-vontade com que cada autor se apropria do termo para construir uma designação que considera mais completa, salientamos a de A. Binet, que define *anormal* “todo o indivíduo que se separa muito nitidamente da média para constituir uma anomalia patológica”, e Eugéne Chazal que considera *anormal* “toda a criança portadora de taras cerebrais, orgânicas e funcionais, susceptíveis de lhes produzir perturbações mais ou menos profundas no desenvolvimento das suas faculdades intelectuais e morais”. (Fonseca, 1930). Vítor Fontes caracterizou *anormal* “toda a criança que por deficiência funcional (física ou psíquica) reage aos estímulos exteriores de uma maneira diversa daquela que em regra se nota na maioria das crianças”. (Fontes, 1933). Não restam dúvidas, portanto, de que se trata de um afastamento, leve ou mais profundo, da norma. Deve o leitor ter sempre presente que a apropriação do termo “*anormal*” ao longo das próximas linhas deve-se à “lealdade” que se estabeleceu com o tempo histórico aqui observado, com as fontes consultadas, proximidade que não deve alhear o leitor para a desactualização do termo nos nossos dias, com uma carga claramente depreciativa.

retardamento” (Silva, 1913, n.º 1, p. 6). Por isso, tornava-se inevitável banir os *estranhos* do convívio rotineiro da instituição casapiana.

Esperava-se que a sua permanência na Colónia permitisse o resgate “à vida miserável da capital daqueles que, por suas condições, não poderiam aí alcançar uma situação desafogada” (Silva, 1917, n.º 48, p. 1-2), devido à sua deficiência física ou incompetência moral e intelectual, procurando que nos campos e oficinas deste instituto se formassem trabalhadores que, capazes de ganhar o seu sustento, fossem úteis a si e à sociedade.

Partindo da análise de correspondência trocada entre a Direcção da Casa Pia, a Colónia e outras entidades públicas e privadas, actas dos debates parlamentares, documentos iconográficos, notícias da imprensa diária da capital e o órgão escolar da Colónia Agrícola, *O Agricultor*, procurou-se reconhecer nesta dependência da Casa Pia o espírito inovador que acompanha muitos dos projectos experimentados por esta instituição, e partindo do instrumento fornecido por Goffman para a análise de estabelecimentos congêneres, não esquecer que estamos na presença de uma *instituição total*,³ que deixa pouca margem de manobra às vontades e liberdades de cada um, mas que cria uma *escola à medida* das limitações e da anormalidade do *Outro*, com o intuito de o libertar da dependência e do preconceito.⁴ Se, por um lado, se torna fundamental afastar da sociedade os elementos perturbadores da ordem, por outro, existe a intenção de os regenerar longe dessa mesma sociedade que os segrega, munindo-os de conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam o seu sustento, sem nunca desprezar os seus direitos e deveres cívicos. Mais do que um trabalhador capaz, procurava-se sugerir um determinado sistema de valores que o *convertesse* num cidadão consciente e, acima de tudo, útil. A construção desta *identidade* marcha sobre uma linha ténue que resvala entre a *opressão e a liberdade*, mas que se impõe e se justifica como uma “*convenção social necessária*” que importa preservar (Bauman, 2005).

A metodologia escolhida centrou-se, essencialmente, na análise de conteúdo das fontes, procurando responder às necessidades decorrentes das características dos documentos observados e à temática inerente ao plano de trabalho, procurando evitar a utilização de uma metodologia de carácter excessivamente formalista.

³ “Instituição total” pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. (Goffman, 2003)

⁴ Como Goffman adverte, a classificação de instituições totais proposta “*não é clara ou exaustiva, nem tem uso analítico imediato, mas dá uma definição puramente denotativa da categoria como um ponto de partida concreto*”. Foi neste sentido que nos apropriámos do conceito desenvolvido por Goffman. Sendo aquele que melhor se adequa à interpretação que fizemos da Colónia Agrícola de S. Bernardino, aceitámos que, na sua essência, esta dependência se desenha como uma “*instituição total*”, ainda que algumas das suas características se desviem desta tipologia não estanque. Por conseguinte, é no cruzamento destas particularidades que se localiza a natureza do nosso estudo.

Nos momentos de leitura que se seguem, convida-se o leitor a penetrar nos claustros de S. Bernardino, a sentir o cheiro a maresia que invade as suas divisões, a tirar a medida aos uniformes dos rapazes enquanto eles se dedicam aos trabalhos das oficinas; ou enquanto percorrem as jeiras da propriedade com as cestas carregadas de uvas. Sintamos o peso da solidão quando vivida no meio de muitos. E olhemos o *outro* até experimentarmos a sua nudez, sem véus que nos cubram, à mercê da curiosidade. E sintamos a agrura do castigo e a promoção do elogio, quando só um e outro nos resgatam do anonimato. Talvez, o capítulo que se segue consiga transportar o leitor para esse universo paralelo.

Ao seguir este caminho, procuramos fazer um retrato, mais ou menos nítido, da Colónia Agrícola da Casa Pia de Lisboa, evocando a sua trajectória, no sentido de enquadrar a sua criação na identificação de um quadro de necessidades educativas especiais evidenciadas por um grupo de alunos específico e diagnosticadas pelo professor da Casa Pia, César da Silva, que, indissociável de todo este processo, permite-nos reconhecer no seu percurso a importância do(s) indivíduo(s) na dinâmica social.

UMA ESCOLA *ESPECIAL* PARA RAPAZES *ESPECIAIS*

Em Abril de 1912, ainda Costa Ferreira acumulava o cargo de Provedor da Assistência Pública de Lisboa com o de Director da Casa Pia, encarregou o professor César da Silva de visitar o extinto convento de S. Bernardino, em Atouguia da Baleia, a fim de elaborar um parecer a respeito da melhor aplicação a dar ao edifício, adquirido pouco antes pela mesma Provedoria.

César da Silva, republicano da velha guarda e professor eminente da Casa Pia, leccionava na instituição desde 1882, data em que entrou, mediante concurso, para o quadro docente e “*aqui se manteve até ao fim da sua vida, numa dedicação sem limites*” (Pinto, 2000, p. 345). A sua reconhecida experiência como professor na instituição, aliada à consonância de ideias perfilhadas pelo novo director, fizeram dele a escolha lógica para a incumbência de semelhante tarefa.

Segundo o seu alvitre, o antigo convento franciscano, comprado pela Provedoria da Assistência de Lisboa após a expropriação dos bens das extintas congregações religiosas, reunia as condições indispensáveis para o estabelecimento de uma *Escola de Anormais*, que recolhesse todos aqueles que, por suas condições físicas ou “*incompetência moral e intelectual*”, se encontravam à margem dos meios da acção educativa dita normal. Eram um embaraço, constituíam uma “*causa de indisciplina e um obstáculo ao regular andamento do ensino nas aulas pela sua desinquietação e retardamento*” (Ferreira, 1913, p. 61-65), motivos mais do que suficientes para se buscar uma alternativa adequada às suas limitações. Foi neste contexto que se procurou criar uma escola por medida, um *anexo especial* no qual, mercê de cuidados também especiais dirigidos a cada classe, se pudessem aproveitar as faculdades que em cada um fossem susceptíveis de serem aproveitadas.

O desenvolvimento da médico-pedagogia,⁵ aliás, área científica que notabilizou Costa Ferreira, foi responsável pelo refinamento de uma sensibilidade em redor daqueles que evidenciavam comportamentos desviantes. Ao salientar-se a necessidade de observação do indivíduo e o reconhecimento das suas potencialidades físicas e mentais, como condições prévias do processo de aprendizagem (Figueira, 2004), foi possível identificar os indivíduos que necessitavam de “*cuidados especiais*” e reencaminhá-los para este instituto.

Os primeiros ocupantes da Colónia eram, portanto, rapazes recrutados nestes grupos de *anormais pedagógicos* que, por se distinguirem pelo seu comportamento indisciplinado, tinham a oportunidade de ir respirar os ares do mar para ver se acalmavam. Na primeira leva de rapazes, a Colónia abriu as suas portas a dois idiotas, “*por regra, incapazes de qualquer ensino*”, a vinte e nove sub-anormais, ou atrasados pedagógicos, “*divididos em duas espécies – os turbulentos ou inconstantes e os apáticos ou asténicos*”, e a quatro rapazes que, fragilizados pela sua saúde débil, iam experimentar a atmosfera marítima a fim de se robustecerem (Silva, 1913, p. 6).

Com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, os inquilinos de S. Bernardino sabiam que todos os aspectos da sua actividade diária seriam realizados num mesmo local, na companhia imediata do seu grupo e sob a mesma autoridade, algo que não lhes era estranho. Na sua essência, a troca da morada de Belém pela de Peniche consistiu, apenas, na deslocação de indivíduos do mesmo sexo e com características semelhantes de uma *instituição total* para outra semelhante.

Neste sentido, a Colónia funcionava em regime de internato por três razões imediatas. Primeiramente, porque a escola como internato familiar no campo era um regime racional, “*a melhor forma de criar nas classes trabalhadoras os hábitos que a elas e a todos convém*” (Ferreira, 1914, p. 133). Depois, porque Peniche dista de Lisboa aproximadamente noventa quilómetros, distância impraticável para os alunos, mormente oriundos da capital, realizarem diariamente para frequentar as oficinas da Colónia e pernoitar em casa das famílias. E, por último, porque era necessário evitar a influência nociva e desviante que a própria família podia exercer sobre a criança.

Para o rapaz que ingressava na Colónia, a sensação de ser um no meio de uma multidão não era inteiramente nova; já a conhecia desde a sua permanência nos claustros dos Jerónimos; contudo, era a primeira vez que estava inserido num grupo de pares, homogéneo, pelo menos na perspectiva da instituição. A Colónia Agrícola seria, pois, um *sistema abstracto* que filtrava a construção da identidade do aluno num contexto de escolha múltipla, um lugar que molda e que é moldado pelo processo reflexivo de invenção da identidade (Giddens, 2001, p. 1-3). O *eu* fabricado, primeiramente pela força do hábito e depois pelo trabalho desenvolvido para o *des-*

⁵ Médico-Pedagogia consiste na aplicação dos conhecimentos médicos no tratamento do indivíduo com “deficiência psíquica ou orgânica, tratamento em que entram, além de outros meios terapêuticos, e duma forma mais essencial, os pedagógicos”. (Fontes, 1940, 12)

pertar da consciência, moldar-se-ia numa só peça, efeito de uma natureza verdadeira, descoberta pelo esforço conjunto da instituição e do próprio indivíduo.

Para César da Silva, o facto de a Colónia se encontrar suficientemente longe “*dos grandes povoados corruptores*”, foi um aspecto preponderante. O meio rural, avesso à perversidade do mundo citadino, era aquele que exercia uma influência mais marcante na criança, “*com o fim supremo de dar a si própria unidade moral e solidariedade afectiva*” (Pintassilgo, 1998, p. 237).

AQUI, “FABRICA-SE” GENTE...

Desde logo, a ideia de formar simples operários rurais foi afastada por César da Silva que sugeriu a abertura de oficinas para que da Colónia também saíssem profissionais diversos como serralheiros, ferreiros, carpinteiros civis e de carros, pedreiros e brochantes. Os alunos tinham aulas de instrução primária e de desenho, destinadas “*modestamente*” a evitar que os rapazes esquecessem o que tinham aprendido na Casa Pia. A de desenho é que ia um pouco mais além por se aplicar ao ensinamento profissional dos alunos que se dedicavam aos ofícios.

As expectativas do professor-regente eram elevadas. Queria que a permanência na Colónia incutisse no espírito dos alunos a ambição suficiente para que estes se entregassem à “*profissão de simples operários rurais, com aspirações, já se entende, a caseiros de grandes propriedades, em virtude do ensinamento técnico e teórico adquirido nas aulas e na prática dos trabalhos da Colónia*” (Silva, 1913, p. 8).

César da Silva pretendia que os alunos saídos da Colónia edificassem uma nova *identidade* do trabalhador rural que deveria “*ser instruído para poder juntar, a todo o momento, à prática adquirida com o tempo, a teoria que os livros ensinam*” (Silva, 1913, n.º 2, p. 1-2). Convinha, sobretudo, incutir nos alunos o hábito da leitura, e neste a rotina de procurarem nos livros a informação necessária para completarem os conhecimentos adquiridos pela prática. Os alunos deviam adquirir consciência da nobreza da sua futura profissão, pois “*o agricultor é o operário por excelência, sem o seu labor profícuo não pode haver progresso*” (Silva, 1913, n.º 1, p. 1). O conhecimento que tinha da vida no campo explicava porque é que a grande maioria dos operários rurais continuava refém do analfabetismo e da ignorância.

“A rudeza, porém, da grande maioria dos trabalhadores rurais, a sua falta de compreensão do papel que desempenham na grande obra da indústria, e mais que tudo, a tendência para o abuso do álcool, tendência aliás cavilosamente entretida pelos patrões exploradores, é que tem mantidos esses indispensáveis elementos do progresso numa inferioridade aviltante e menosprezado o seu trabalho a ponto de lhes ser pago uma ridicularia, em proveito, já se entende, dos que enriquecem à custa do seu suor alheio” (Silva, 1913, n.º 2, p. 2).

Consciente das limitações, o professor-regente pretendeu que o ensino ministrado na Colónia seguisse um modelo de educação integral, “*fondée sur le droit de chacun à développer le plus complètement possible ses facultés physiques et intellectuelles, et sur son devoir de participer comme producteur à la vie collective*” (Prost, 2008, : 64). Muito embora se reconheça que a matéria-prima da Colónia era alunos resgatados de meios problemáticos, com declaradas dificuldades de aprendizagem e distúrbios comportamentais, ou seja, “*alunos que mostraram absoluta negação para a educação literária*”, não podemos deixar de relevar o esforço de César da Silva ao ministrar aulas de instrução primária e de desenho. De referir que, nos dois primeiros anos de funcionamento, a Colónia tinha ao seu serviço um professor de desenho, Daniel Machado, que acumulava a função de fiscal de trabalhos da Colónia. Após a transferência para Belém, a seu pedido, a aula de desenho passou a ser ministrada pelo professor-regente que, para bem dos alunos da Colónia, sacrificou “*os seus poucos momentos de folga*” (Ferreira, 1915, p. 144).

A actividade diária desenrolava-se ao sabor do trabalho nos campos e oficinas, acompanhado de aulas nocturnas. Formou-se, porém, uma aula diurna com os linfáticos e outros que pareciam mais fracos, que colaboravam nas tarefas mais leves como, por exemplo, os trabalhos da cozinha (Silva, 1913, p. 6).

Toda a dinâmica da Colónia baseava-se, portanto, na concepção de que o *trabalho* regenera, no cruzamento do critério da *utilidade* com o do *objectivo*, buscando a intersecção entre o benefício pessoal e o proveito da colectividade. “*É um trabalho no sentido pedagógico, implicando uma actividade útil e resultando num produto bem determinado*” (Pintassilgo, 1998, 41). Os trabalhos manuais apresentavam-se não como um fim em si, mas como um meio de educação que pretendia a formação integral do indivíduo.⁶

Na opinião do Professor-Regente, a pedagogia do trabalho foi de tal modo eficaz que, além de formar operários capazes e apreciados pelos seus *amos*, conseguiu acelerar o processo de regeneração dos *anormais*, que foi imediato.

“Como facilmente se supõe, a maioria dos que foram aplicados ao trabalho, quer rural, quer profissional, em pouco tempo começaram a dar claro indício de regeneração. Primeiramente, eram remissos para o labor, e insofridos a qualquer reflexão, mas, convencendo-se da inutilidade de reagirem, trataram de se emendar, entrando no bom caminho” (Silva, 1913, n.º 1, p. 6).

Com o passar do tempo e o publicitado sucesso alcançado na *regeneração* dos utentes da Colónia, César da Silva esforçou-se por assear a imagem da Colónia, olvidando os motivos que primeiramente estiveram na origem da sua criação.

⁶ Todavia, em variados momentos da existência da Colónia, os trabalhos nas oficinas deixaram de ser apenas pedagógicos para assumirem a garantia de uma importante fonte de rendimentos para a instituição.

“Esta Colónia, embora nela se encontrem alguns alunos cujo procedimento na Casa Pia, e mesmo cá, se possa considerar péssimo, não é uma casa de correcção, e apenas um estabelecimento profissional de feição campesina. Não foi criado para corrigir indisciplinados, mas tão-somente para educar rapazes na vida do campo. Forma operários agrícolas e afeiçoa profissionais próprios para as indústrias simples dos pequenos centros. É esta a sua feição e design não a desconhecer” (Silva, 1914, n.º 11, p. 3-4).

Sabe-se bem que esta imagem romanceada pelo professor-regente não corresponde à realidade. A Colónia de S. Bernardino recrutava a sua população nos grupos de alunos mais problemáticos que circulavam pelas instalações de Belém. Os *anormais* que, “*pela sua desinquietação e retardamento*”, causavam embaraço nas aulas e eram foco de indisciplina, precisavam de ser afastados dessa sociedade que os marginalizava. A adaptação do convento tinha em vista a concepção de uma “*casa de morigeração de rapazes incorrigíveis*” e este aspecto não retira qualquer mérito ao projecto que se veio a desenvolver. A Colónia é, de facto, uma casa de correcção de “*anormais do género irrequieto, elementos difíceis de domar*” (Silva, 1918, n.º 54, p. 1-2), mas é, sobretudo, um estabelecimento que, partindo de alguns princípios defendidos pelo movimento da *Educação Nova*, como a integração na natureza, a valorização do trabalho manual como elemento pedagógico, o enaltecimento da educação integral, a integração na vida da sociedade – aspecto que retomaremos adiante –, abre um leque de opções a um grupo de rapazes que, de outro modo, estariam votados ao ostracismo e à marginalidade. Esta dicotomia não se anula entre si, nem constitui um demérito para a Colónia Agrícola. Trata-se de uma estratégia direccionada para uma gestão útil dos problemas de uma população crescente e desenraizada, *anormal*, que se pretende normalizar, tornando-a útil a si e à sociedade.

Aliás, a permanência dos alunos neste instituto afigura-se o mais próximo que eles poderiam estar de algo semelhante a uma *escola nova*. Oriundos dos estratos menos privilegiados da sociedade, não poderiam frequentar escolas que, pelos seus critérios de admissão, se destinavam às elites. Por conseguinte, a Colónia Agrícola apresenta-se como um projecto pensado para estes alunos, centrado nas suas necessidades e promovendo a prestação de “*cuidados especiais*”, adequados à sua condição física e intelectual. Neste sentido, a Colónia Agrícola é uma escola que traz novidade ao panorama educativo português e que introduz um exemplo que passaria a ser seguido, inspirando a organização de outras colónias, inseridas no meio rural, e votadas ao desenvolvimento da agricultura (Silva, 1917, n.º 48, p. 1-2).

A entrada destes rapazes na instituição marcou um momento de ruptura no seu percurso de vida. Afastados de Belém, instituição que já conheciam e que abrigava alguns laços afectivos, foram arrumados numa *gaveta*, etiquetados de *anormais*, e *enquadrados* numa realidade que traça uma despedida e um recomeço. Despem-se da tal “*cultura aparente*” indicada por Goffman e recomeçam em novos moldes, ainda mais separados do mundo que conheciam, investidos com um uniforme diferente e conduzidos ao lugar que lhes é atribuído dentro desta nova organização. Resta-lhes, agora, sujeitarem-se ao efeito desta *estufa de mudar pessoas*: um laboratório sobre o que se pode fazer ao *eu*.

UM NO MEIO DE MUITOS

“*Uniformes no carácter e uniformemente distribuídos*”, os fardamentos eram, inicialmente, semelhantes aos fornecidos pela Casa Pia, em Belém, distinguindo-se pela utilização de um chapéu de abas para dar um aspecto mais rural ao futuro operário agrícola. Vestido com o seu uniforme, o aluno acentua a sua identidade de membro da Colónia, sentimento de pertença que é reconhecido por quem o observa. Contudo, o rapaz que se veste igual a tantos outros não se sente individualizado; apenas se vê engolido pela manifesta semelhança que partilha com os seus colegas. A farda que o aparta da sociedade exterior é a mesma que o coloca na posição de igual a muitos outros. Cria padrões morais, relações consigo e com os outros, que ultrapassam a imagem que transmite do próprio, das mais diversas formas, através da imposição de uma multiplicidade de detalhes e a constante vigilância da transgressão (Dussel, 2005, 98).

Evitam-se a todo o custo as alterações que os alunos teimam, perseverantemente, em introduzir no modelo genérico. Porque usar uma farda pressupõe isso mesmo: o apelo da desobediência, a necessidade de criar pormenores gritantes no vestuário de todos os dias. Permite-se, contudo, algumas cedências a fim de promover a solidariedade do grupo. O Regulamento da Casa Pia proibia que os alunos usassem peças de vestuário estranhas ao uniforme; mas na Colónia, atendendo às circunstâncias climáticas e, principalmente, “*ao facto de todos os rapazes (...) produzirem trabalho aproveitável para a casa*”, entendeu-se que podia ser desatendida essa regra e os alunos, que as podiam adquirir, tinham autorização para usar camisolas interiores ou exteriores durante o inverno.

“Havia, porém, uma desigualdade que preocupava a gerência da Colónia: era terem uns esse abafo e outros não, consoante possuírem, ou não, dinheiro para os adquirirem. No começo deste mês, as coisas regularizaram-se a contento de todos. Realizou-se uma compra de camisolas em quantidade suficiente para que todos ficassem com duas. Foi a compra feita, em parte com dinheiro abonado pelos alunos que o tinham e o resto foi tirado da caixa das gratificações, isto é, do dinheiro que resulta da percentagem das vendas e que equitativamente se distribui no fim dos meses aos alunos. (...) Valha-nos, ao menos, para suavizarmos o desterro em que vivemos, uma boa camaradagem” (Silva, 1915, n.º 16, p. 3-4).

A “*boa camaradagem*”, a que César da Silva alude, era minada pela intromissão da equipa dirigente nas relações entre os internados. Era importante incutir nos alunos as melhores “*virtudes morais*”, desde que a perseguição desses nobres valores não prejudicasse a boa disciplina da casa. Tal poderia acontecer porque “*a moral, fórmula um tanto abstracta das regras de bem proceder, é uma coisa muitas vezes torcida e até incorrecta*”, sucedendo que a lealdade, embora se considerasse incluída nas “*normas da bondade, é, muitas vezes, pelo contrário, uma maneira disfarçada e pérfida de fazer o mal, contribuindo hipocritamente para que ele se faça*”. O encobrimento de pequenos delitos não manifesta bondade, “*mas tão-somente perversidade,*

mostrando, com a aprovação tácita desses delitos, as mais ruins qualidades” (Silva, 1914, n.º 9, p. 3-4). Por este motivo, estimulava-se um sentimento de lealdade mas somente em relação à equipa dirigente, no sentido de fomentar um clima de suspeição em que o delito fosse evitado apenas pela gestão de o seu autor ser descoberto.

Não é de estranhar, portanto, que esta “*estufa para mudar pessoas*” fosse palco de tensões provocadas pela excessiva proximidade que, em regime de internato, consiste na única e constante forma de estar. As brigas entre alunos, a apropriação do alheio, o desrespeito para com os empregados e a promiscuidade visível nessas relações são indícios de focos de *contaminação*, resultado de relações sociais impostas. Esperava-se, naturalmente, dominar esses focos de contágio, inculcando hábitos de disciplina que tornasse mais governável a população escolar e fermentasse a “*harmonia nas relações entre o pessoal, regularidade nos trabalhos a executar e a ordem de todos os serviços*”. O mútuo respeito entre os empregados e alunos constituía a base, mantida a todo o custo, de toda a organização disciplinar.

César da Silva aconselhava os empregados a cumprirem as suas tarefas com zelo, prudência nas intimidades partilhadas com os alunos e proíbia, sobretudo, as costumadas “*transacções que não sejam claras e próprias das circunstâncias em que uns e outros se encontram. E não se esqueça que a gerência da Colónia castigará, como ultimamente sucedeu, todos aqueles que infringirem estas salutaras indicações*” (Silva, 1918, n.º 52, p. 3-4).

Infringir regras era, como em qualquer *instituição total*, o passaporte de acesso à punição. O incumprimento dos deveres ou dos preceitos regulamentares eram punidos com castigos que iam da retratação pública, à realização de tarefas ou privação do recreio chegando mesmo, nos casos mais graves, a conduzir à reclusão.

Conquanto se considere o acto de punir um *mal necessário*, o professor-regente preferia criar um clima de ameaça e vigilância constantes para, com uma leve insinuação, evitar a prática de más acções, acreditando que a simples censura conseguiria “*o que não fariam nem graves promessas nem pesados castigos*” (Silva, 1914, n.º 12, p. 1-2).

O sistema de punições tem a dupla função de distinguir e homogeneizar. Se, por um lado, hierarquiza os alunos segundo o patamar da transgressão, diametralmente proporcional à intensidade do castigo; por outro, tem um efeito homogeneizador, pois garante que todos estão submetidos ao mesmo modelo, sujeitos à mesma lente maniqueísta de classificação dos comportamentos. Numa palavra, a punição *normaliza*. Em suma, a arte de punir não visa nem a expiação, nem, por outro lado, a repressão. Relaciona os actos, os desempenhos, os procedimentos individuais a um conjunto, que é simultaneamente quadro de comparação, espaço de demarcação e princípio de uma regra a acatar.

O privilégio, a gratificação, é a outra face da moeda, aspecto essencial ao funcionamento desta organização. A diversidade de prémios e a sua hierarquia, tal como os castigos, servem para diferenciar os indivíduos, libertá-los da massa homogénea, em função dos seus desempe-

nhos. A visibilidade do prémio, capaz de motivar e inspirar a regeneração, talvez seja maior que a do castigo. Esta *tecnologia do controlo* apresenta-se aqui como nota de jornal.

“Tem tido, sempre, *O Agricultor*, norteando-se por este critério, o cuidado de elogiar todos os rapazes que nas oficinas ou nos trabalhos de campo se têm distinguido, sem jamais publicar, como era natural, o avesso desses elogios, isto é, a indicação das faltas cometidas pelos maus e a nota dos castigos que por suas malfetorias têm recebido” (Silva, 1914, n.º 7, p. 3-4).

As páginas do jornal da Colónia, *O Agricultor*, redigido pelo Professor-Regente, servem para mostrar os progressos de cada aluno, buscando “ora com a animação de um elogio justo, ora com um pequeno aguilhão de uma recatada censura, castigar defeitos de pequena monta ou incitar dedicações de verdadeiro proveito”.

Aos olhos do aluno homenageado, o verdadeiro prémio não reside na sinceridade do elogio ou na afeição que o professor-regente lhe dedica. A recompensa do seu desempenho aloja-se no olhar do outro que o resgata da multidão uniforme, idêntica, que lhe serve de fundo, para o elevar ao estrelato, incidindo sobre ele os holofotes da admiração, da cobiça, do respeito.

A diversidade das recompensas é ampla. “Como prémio dos bons serviços prestados à Colónia”, os alunos eram remunerados pelos trabalhos executados nas oficinas, podiam ir gozar férias à sua terra (Silva, 1914, n.º 11, p. 3), ou tinham a possibilidade de passar a empregados da Colónia, podendo vir a usufruir de “todas as regalias de funcionário” (Silva, 1914, n.º 8, p. 3).

A construção de um mundo em torno destes privilégios secundários é, talvez, o aspecto mais valorizado da cultura dos alunos dentro da Colónia. Não é de estranhar, portanto, que os alunos tornem a sua estadia algo tolerável ou mesmo agradável ao basearem o seu quotidiano no acolhimento destes momentos simpáticos.

A visibilidade constante a que o aluno estava confinado é um dos aspectos mais marcantes da sua permanência na instituição. É como se o internado vivesse numa redoma de vidro, uma montra transparente que não permite, sequer, a utilização de vidro fosco. A lente que o observa é graduada, constantemente limpa e ajustada. A direcção da Colónia possuía o registo de dados e práticas considerados relevantes, informação que transitava da Casa Pia e que convinha ser, posteriormente, complementada com a vivência na Colónia Agrícola. A intersecção de todo o conhecimento produzido e o seu acesso por uma diversidade de agentes que regulam diferentes aspectos da vida institucional – o professor-regente, a professora, o médico –, constitui uma forma de nudez que atravessa todos os aspectos da vida do aluno na Colónia.

Acrescente-se, a este manancial de informação, a exposição da instituição à comunidade. As visitas de altas individualidades da capital – o Director, o subdirector e professores da Casa

Pia, o Provedor da Assistência de Lisboa, o director do Asilo Elias Garcia, etc. –, e curiosos da localidade ofereciam aos visitantes uma visão global da vida na Colónia, expondo os rapazes ao olhar constante de quem vive lá fora. As portas deste estabelecimento estariam completamente abertas ao corpo do curioso em geral – o grande e aberto comité do mundo (Bentham, 2000).

Contudo, o olhar mais incomodativo era aquele que partia do outro. O olhar permanente do colega de camarata, que vigiava quase sem querer, que estava presente mesmo que não desejasse. A vida em grupo exige contacto mútuo e exposição entre os internados. O aluno nunca está inteiramente sozinho; “está sempre em posição que possa ser visto e muitas vezes ouvido por alguém, ainda que apenas pelos colegas de internamento” (Goffman, 2003, p. 32). Dormem nas camaratas, as refeições são feitas em conjunto, os trabalhos oficiais requerem cooperação, as brincadeiras são partilhadas. Todos os momentos do seu dia estão cartografados num mapa de actividades e tarefas, cuidadosamente delineado pelo professor-regente. O dever de convivência entre os alunos da Colónia submetia-se ao ideal de cada um se tornar um polí-cia, um vigia do seu camarada. Este princípio de transparência seria, pois, a engrenagem essencial ao bom funcionamento da Colónia, uma vez que a expectativa fazia crer que os alunos de “tanto que se sentiriam mergulhados, imersos num campo de visibilidade total em que a opinião dos outros, o olhar dos outros, o discurso dos outros os impediria de fazer o mal ou o nocivo” (Foucault, [1992], p. 177).

César da Silva sabia que era mais rentável vigiar que punir. Por este motivo, era “indispensável exercer uma vigilância activíssima sobre a correspondência mantida pelos alunos” (Silva, 1914, n.º 6, p. 3-4), para apreciar, da forma mais evidente, o carácter dos rapazes e as alterações que o internato lhes ia produzindo na alma. A pesquisa nestas fontes permitia-lhe, também, aprofundar o seu conhecimento relativamente às famílias dos rapazes, cuja influência, quase sempre nefasta, acarretava, por vezes, contrariedades para o administrador da Colónia.

A interferência do núcleo familiar poderia, portanto, constituir um importante incentivo da formação de carácter dos rapazes, melhorando-os, se fosse consciente e criteriosa, ou deformando-os, se, pelo contrário, essa correspondência fosse o rastilho das más qualidades ou inconsciência dos que a enviam. “Por isso, muitas cartas e bilhetes vão arder no fogão da cozinha, como medida de tacto educativo, em vez de serem entregues aos seus destinatários. As mais significativas, porém, foram arquivadas como documentos para o futuro” (Silva, 1914, n.º 6, p. 3-4).

As malhas desta rede de vigilância apertavam-se consoante a docilidade do corpo e da alma que se queria moldar. Assim, era de todo conveniente, “dentro de uma certa regra, sem exclusivismos, manter os educandos vigiados de modo que não correm o risco de contacto com os maus, pelo menos até que tenham adquirido o senso necessário para se guiarem por si próprios” (Silva, 1914, n.º 12, p. 3-4).

Após a “metamorfose”, César da Silva esperava que os rapazes, ao saírem, mantivessem os padrões do estabelecimento. César da Silva sabe que uma longa permanência em internato é uma faca de dois gumes: primeiro, a separação da sociedade pode originar o posterior encanto perante tudo o que é novo e apetecível; por outro lado, este afastamento pode despojá-lo da capacidade para enfrentar alguns aspectos da sua vida diária. E é por este motivo que “alguns rapazes têm ido trabalhar fora, coisa que muito lhes agrada e é útil para se acostumarem à vida em liberdade” (Silva, 1915, n.º 18, p. 3).

A perícia dos rapazes, quer nas tarefas agrícolas, quer nos trabalhos oficinais, passou a ser uma reconhecida imagem de marca da Colónia, pelo que nunca foi difícil combinar a sua colocação em casas da vizinhança. Queixava-se o Professor-Regente, sobretudo, de ser maior a procura que a oferta.

Mas, o quotidiano da Colónia não se limitava aos afazeres: a apresentação de peças de teatro era tarefa comum no estabelecimento e divertia bastante os rapazes e os empregados. A paródia que os rapazes da Colónia vinham ensaiando com afinco, encontrou nas circunstâncias políticas que o país atravessava impedimento suficiente para “inutilizar os preparativos já feitos. Não se queixaram os rapazes porque se lhes explicou o motivo da proibição. Para outra vez se fará a mascarada” (Silva, 1917, n.º 41, p. 3).

O desporto também era contemplado nas actividades da Colónia e servia para quebrar rotinas e dissipar fronteiras estabelecidas. Contudo, César da Silva tinha uma opinião bastante peculiar acerca da prática do futebol, apesar de considerar “*um exercício ginástico deveras valioso, e como jogo, dificilmente se poderá encontrar outro mais animado e para que seja necessária tanta perícia*” (Silva, 1914, n.º 12, p. 3-4).

“Porém, ver jogar o foot-ball indivíduos que passam os seus dias de enxada na mão ou maneando ferramentas pesadas em trabalhos violentos, isso é uma coisa disparatada e ridícula, que não se deve permitir. Esses do que precisam, nos seus dias de folga, são de divertimentos sossegados, que lhes reparem as forças para o labor quotidiano.

Não se tem oposto a gerência da Colónia a que os alunos se entreguem ao jogo do foot-ball, mas não lhe acha senão inconvenientes. Além de não representar vantagem alguma, pois não faltam aos rapazes exercícios com que desenvolvam os músculos, representa um perigo muitas vezes, pois entram no jogo alguns que, por seu natural desastramento, nada se proporcionam para tal diversão” (Silva, 1914, n.º 12, p. 3-4).

Por mais monótona que se apresente, estas actividades assinalam uma oportunidade de afastar, e até inverter, o drama social diário. A austeridade, a possibilidade de brincar com o professor-regente e empregados, as participações pessoais que cruzam o limite que separa a

equipa dirigente dos internados – tudo isto insinua como é delicada a consistência social dentro da instituição (Goffman, 2003, p. 97-98).

Também as saídas – as passeatas à Serra d’el-Rei, as provas de vinho nas casas da vizinhança, as idas à praia de Peniche –, eram ocasiões planeadas com entusiasmo, pois inventavam momentos alheios à rotina e que permitiam dar largas à imaginação, na procura constante de transpor fronteiras, expulsando de dentro de si demónios inscritos pela vida em reclusão. Eram estes instantes repletos de liberdade, planeada pela audácia de quem a persegue, permitida, por vezes, pelo descuido de quem a deve impedir.

É nas imperfeições da máquina de vigilância que residem as poucas expectativas de quem se vê enredado nas malhas da clausura.

Porém, as paredes que os comprimem são as mesmas que lhes garantem haver pão na mesa durante todos os dias do ano e a todas as refeições. Procurava-se seguir as regras de uma alimentação saudável, que aconselhava *“uma comida mais condimentada, mais forte, mais variada, fixada, não pelo arbítrio dos empregados, mas por meio de uma tabela que a administração examina e aprova”* (Colaço, 2007, p. 140).

Nenhum rapaz se levantava da mesa sem ter satisfeito o apetite e saciado a vontade. Entendia a gerência da Colónia que os rapazes, porque se encontravam no período em que mais careciam de alimento, deviam encontrar à mesa o bastante para se satisfazerem; *“e, por isso, embora use de muita economia noutras coisas, talvez mesmo de parcimónia, no artigo alimentação é larga e liberal quase até ao excesso”* (Silva, 1915, n.º 15, p. 3-4).

A ementa da Colónia era elaborada, sobretudo, à custa de produtos agrícolas produzidos pela cerca do estabelecimento. Como era natural, em meados do ano os alunos deliciavam-se com favas ou já eram capazes de adivinhar a abundância da colheita das árvores de fruto. Não fosse o mau estado dos caminhos, e a Colónia seria capaz de enviar para Belém grande quantidade de hortaliças e frutas resultante de bons anos agrícolas.

Queixava-se o professor-regente, contudo, que a localização da cerca à beira-mar prejudicava o desenvolvimento de *“culturas aprimoradas e além disso os nossos produtos vêm tardios”*. (Silva, 1916, n.º 36, p. 3) Mas nem por isso deixava, a Colónia, de participar em eventos agrícolas, óptimas ocasiões para exibir todo o esplendor da instituição.

Porque a Colónia podia viver às custas da fama que conseguisse granjear... Porque toda a notoriedade é bem recebida numa instituição que pretende associar à sua prática educativa, brio, competência, prestígio, orgulho em ser-se casapiano. E é, também, pela necessidade de todo este folclore institucional que se organizavam “desfiles” pelas povoações mais próximas, passeios que se evidenciavam pelo aprimorado cuidado com que se vestiam os fardamentos, *“indubitavelmente bonitos”*, atendendo às formalidades mais discretas, avisando a Junta da Paróquia da realização destes eventos.

Era importante que os populares pudessem averiguar a robustez dos rapazes, o asseio com que se apresentavam, a altivez com que marchavam, ordenados, obedientes. A imagem da Colônia deveria ser associada a um “*estabelecimento de aprimorada educação*”, procurando evitar preconceitos e conotações negativas que pudessem afastar possíveis interessados na admissão.

Houve, contudo, uma dificuldade que ensombrou o abundante afluxo de rapazes à instituição. A Colônia sofria do desmerecimento das famílias dos alunos, que outras aspirações alimentavam para os seus descendentes, “*parecendo-lhes que todos os rapazes que entram para a Casa Pia não-de sair de lá doutores*” (Silva, 1917, n.º 50, p. 1-2).

As críticas do professor-regente comprovam-se pelos dados assentados mensalmente, no “Movimento da Colônia”: dos noventa e um alunos que passaram por S. Bernardino, dezassete foram retirados pelas famílias antes de terem completado dezoito anos de idade – ou seja, cerca de dezasseis por cento. Aliás, em dois casos, os rapazes planearam e executaram fugas com a conivência das próprias famílias, instigadoras de tais aventuras. Algumas vezes, as famílias desistiam da ideia ainda antes de os rapazes saírem da capital. Em Dezembro de 1915, “*havia notícia na Colônia de que estavam bastantes rapazes indicados na Casa Pia para virem, mas afinal, como as famílias foram buscar os outros, dois apenas aqui apareceram*” (Silva, 1915, n.º 26, p. 3).

A falta de interesse das famílias em colocar os rapazes em Peniche, aliada a outras circunstâncias que não cabe aqui esclarecer, acabaria por conduzir ao estrangulamento da população da Colônia, ditando a falência deste estabelecimento casapiano. Nos princípios de 1921, terminava a existência efémera da Colônia Agrícola que a Casa Pia manteve em Atouguia da Baleia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Prosseguindo inalteravelmente a sua missão de arrancar à vida miserável da capital aqueles que, por suas condições, não poderiam aí alcançar uma situação desafogada, conseguiu a Colônia, e isso era o principal, tornar-se acreditada como estabelecimento de aprimorada educação, de maneira que os seus rapazes são procurados com insistência pelos agricultores, a fim de os fazerem seus companheiros e auxiliares nas lides campestres” (Silva, 1917, n.º 48, p. 1-2).

Eis o balanço realizado por César da Silva. Protagonista em todo este processo, o Professor-Regente considerava impropriedade encerrar a Colônia, uma vez que se apresentava como a única alternativa credível para dezenas de rapazes que, vagueando pelas instalações dos Jerónimos, não se conseguiam adaptar ao ensino ministrado em Belém. Aliás, o êxito da Colônia foi reconhecido no exterior, uma vez que “*o exemplo ficou aberto com a sua fundação. Outras*

colónias se estão já organizando, porque a mais justa fundação da actualidade e a mais urgente é desenvolver a actividade rural” (Silva, 1917, n.º 48, p. 1-2).

De facto, em 1919, o Ministro da Justiça criara por decreto a Escola Agrícola de Reforma, a quarenta quilómetros de Bragança, em tudo semelhante à de Peniche (Rufino, 2004). E, também, pode ter sido inspirada no exemplo da Colónia Agrícola da Casa Pia que a Junta Geral do Distrito de Lisboa decidira comprar uma quinta para aí instalar uma Escola Profissional de Agricultura.

Contudo, o alcance da Colónia Agrícola não se esgota nestes exemplos. Vai muito além da simples criação de uma escola agronómica. Como César da Silva salientou, a fundação desta *Escola de Anormais* nasce da sensibilidade do Director da Casa Pia e do professor-regente que diagnosticam um denominador comum entre alguns alunos que frequentavam as oficinas de Belém, características que os apartavam do resto da população estudantil, pelo seu comportamento desviante ou pelas dificuldades de aprendizagem e que, além de perturbadores da ordem, eram “*gente inútil*” que se devia arrancar de Lisboa, estabelecendo-a no campo. É neste aspecto que reside, principalmente, a novidade deste projecto. Primeiro sinalizam-se os menores com necessidades educativas especiais, tenta-se *engavetá-los* na vasta oferta já existente na instituição e, verificando-se a ausência de uma escola à medida da sua *anormalidade*, trata-se de criar uma escola que os acolha, longe da sociedade *corruptora*, inserida na natureza que regenera.

O nascimento desta instituição, simultaneamente escola agrícola e casa de correcção, (ambivalência constantemente negada pelo professor-regente, mas evidente), deve ser vista à luz da concepção comum à criação de todos os internatos de carácter social: uma dualidade perversa que se equilibra entre, por um lado, a necessidade que a comunidade tem de se proteger dos “resíduos recicláveis”, dos *marginais* incomodativos que devem/podem ser regenerados, reeducados, e devolvidos à sociedade que os segregou; por outro lado, a fé na bondade, na compaixão, na solidariedade que procura compensar aqueles que nada têm com sustento e educação. É inegável que a fundação da Colónia não está isenta desta duplicidade de intenções: ao propósito de afastar de Belém aqueles que perturbavam o bom funcionamento da instituição acrescentou-se a “generosidade” de conceder aos rapazes uma série de ferramentas que os tornariam “*úteis a si e à sociedade*”, confiando que, após a passagem pela Colónia, o rótulo de *anormal* teria um prazo de validade.

Parece-nos ter ficado, no final deste caminho, claramente demonstrada a importância assumida por este projecto. A integração da Colónia Agrícola no vasto plano de assistência social concebido pela Casa Pia não é difícil de explicar: surge inserida num conjunto de ideias e reformas inovadoras assumidas pelo Director Costa Ferreira, e que se traduziu na criação deste estabelecimento, do Instituto Médico-Pedagógico e do Instituto dos Mutilados da Guerra, para citar alguns dos exemplos que não encontram paralelo no nosso país.

A originalidade deste projecto também nos parece inquestionável: a Colónia nasce da ausência de alternativas para estes rapazes que não eram desejados em Belém, prova de que não existia nada semelhante à época. Inovador, este espaço mereceu a atenção dos olhares dos contemporâneos por se tratar de um estabelecimento que oferecia um serviço público inédito, voltado para aqueles que exigiam uma vigilância constante por se tratar de *resíduos* perigosos.

Finalmente, não é difícil justificar a validade deste projecto. Foi testemunhado o aproveitamento dos rapazes nos trabalhos de campo e oficinas da Colónia. De facto, graças a uma rigorosa gestão, os rapazes foram capazes de produzir o suficiente para a subsistência do estabelecimento e ainda para a venda dos excedentes. A prova de que, debaixo da batuta inteligente de César da Silva, os rapazes conseguiam reinventar-se como indivíduos proveitosos e úteis à sociedade é demonstrada pela fácil colocação que se conseguia em propriedades da vizinhança. Os colonos de S. Bernardino sempre foram muito apreciados pelos patrões das redondezas que lamentavam, apenas, a escassez desta matéria-prima. Contudo, estes aspectos não evitaram o encerramento da Colónia, muito embora se considerasse o saldo positivo e o seu exemplo proliferasse noutras paragens.

Cabe ao investigador resgatar do silêncio estes espaços educativos. Por exemplo, a Escola Agrícola de Reforma, em Bragança, e a Escola Profissional de Agricultura, em Lisboa, podem revelar-se campos de exploração bastante interessantes, se debruçarmos o nosso olhar sobre o seu quotidiano. Ou a Colónia Correccional de S. Bernardino, destinada ao recolhimento de raparigas indigentes e que se instalou no convento que acabámos de visitar, carece de um olhar atento, por se tratar de um estabelecimento que, na senda da Colónia da Casa Pia, procurou dar um ensino à medida das dificuldades de dezenas de raparigas que encontraram lá o seu destino. São exemplos retirados de uma mão-cheia de opções que, pelo seu carácter específico, merecem o interesse do investigador.

BIBLIOGRAFIA:

- Bauman, Zygmunt. (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bentham, Jeremy. (2000). O Panóptico ou a casa de inspecção. In Silva, Tomás Tadeu da (org.) *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Colaço, Leonor. (2007). *Imagem fotográfica e produção de identidades no arquivo do internato casapiano*, Dissertação de Mestrado em Educação Artística, Faculdades de Belas Artes da Universidade de Lisboa [texto policopiado].
- CPL. (1904-1938). *Casa Pia de Lisboa – Ordens da Direcção*, [documento manuscrito].
- Dussel, Inés. (2005). The shaping of a citizenship with style: a history of uniforms and vestimentary codes in Argentinean public school. In Lawn, Martin; Grovesnor, Ian. *Materialities of schooling : design : technology : objects : routines*. Oxford: Symposium Books.
- Ferreira, António Aurélio da Costa. (1913/1919). *Anuário da Casa Pia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.
- Figueira, Manuel Henrique. (2004). *Um roteiro da Educação Nova em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fonseca, Joaquim Augusto Ferreira da. (1930) *Estudos Médico-Sociais sobre protecção a menores anormais e delinquentes*. Lisboa: Tip. do Reformatório Central de Lisboa.
- Fontes, Vítor. (1933) *Crianças anormais*. Lisboa: Livraria Féris
- Foucault, Michel. [1992]. *Microfísica do poder*. [Rio de Janeiro]: Graal.
- Foucault, Michel. (1999). *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Goffman, Erving. (2003). *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Giddens, Anthony. (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Marvão, Fátima; Coelho, Teresa. (2000). Síntese histórica (1780-1999). In AAVV, *220 anos. Casa Pia de Lisboa: Instruir, Educar e Amparar*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.
- Miller, Jacques-Alain. (2000). A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In Tomás Tadeu da Silva (org.) *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Pintassilgo, Joaquim. (1998). *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pinto, José dos Santos. (2000). Casapianos: os frutos da “Feliz Sementeira”. In AAVV, *220 anos. Casa Pia de Lisboa: Instruir, Educar e Amparar*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.
- Proença, Maria Cândida. (1998). A República e a democratização do ensino. In Maria Cândida Proença (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Prost, Antoine. (2008). *Une expérience d'éducation intégrale*. « Le monde de l'éducation ». Février. N. 366, pp. 64-65
- Rufino, César. (2004). *A Educação Correccional de Menores em Internato – discurso pedagógico e práticas disciplinares da modernidade*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, [texto policopiado].
- Silva, César da. (1913/1918). *O Agricultor. Órgão Escolar da Colónia Agrícola da Casa Pia de Lisboa*. S. Bernardino: Tipografia da Colónia.

A COLÓNIA DE S. BERNARDINO: RETRATO DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL

RESUMO

A Colónia Agrícola que a Casa Pia de Lisboa manteve no convento de S. Bernardino, em Atouguia da Baleia, concelho de Peniche, desde 1912, deu alimentação, vestuário e ensino a perto de uma centena de rapazes que, pela sua *anormalidade* física, moral e intelectual se “reduziam” à sua condição de “*embaraço nas aulas, pela sua desinquietação e retardamento*”. É no estudo deste *laboratório de modernidade* que o presente artigo se debruça.

Palavras-chave: Colónia Agrícola da Casa Pia, Anormais, Instituição total.

COLÓNIA DE S. BERNARDINO: PORTRAIT OF A TOTAL INSTITUTION

ABSTRACT

The Colonia Agrícola that Casa Pia de Lisboa kept at the S. Bernardino's Convent, in Atouguia da Baleia, since 1912, nourished, dressed and taught nearly one hundred boys that, for their physic, moral and intellectual "abnormality" were restricted to their embarrassing condition in the classroom, for their unquiet behavior and retardment. It is in the study of this "laboratory of modernity" that the present article leans on.

Keywords: Colónia Agrícola da Casa Pia, Abnormal, Total institution.